

PERCEPÇÕES DESIGUAIS? Uma análise interseccional da experiência com a Política de Assistência Estudantil

UNEQUAL PERCEPTIONS? An intersectional analysis of the experience with the Student Assistance Policy

¿PERCEPCIONES DESIGUALES? Un análisis interseccional de la experiencia con la Política de Asistencia Estudiantil

Adão Rogério Xavier Silva¹ 0000-0003-0277-3392

Mark Clark Assen de Carvalho² 0000-0003-3638-9719

Maria do Socorro Lima Oliveira³ 0009-0001-0491-5107

¹ Universidade Federal do Acre. Centro de Educação, Letras e Artes – Rio Branco, Acre, Brasil, 69920-900, adao.silva@ufac.br

² Universidade Federal do Acre. Centro de Educação, Letras e Artes – Rio Branco, Acre, Brasil, 69920-900, markassen@yahoo.com.br

³ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Ciências Sociais – Recife, Pernambuco, Brasil, 52171-900, socorrololiveira@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar de que maneira marcadores sociais da diferença – gênero, raça/cor e condição parental – se articulam com a percepção de suficiência e a avaliação crítica da Política de Assistência Estudantil entre estudantes da Universidade Federal do Acre. De abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa analisou dados primários de um *survey* aplicado a uma amostra estratificada de 265 estudantes beneficiários da política. A análise empregou estatística descritiva, o teste Qui-quadrado de independência (χ^2) para os marcadores de gênero e raça/cor e a análise temática para as respostas abertas. Os resultados indicam que os marcadores isolados de gênero e raça/cor não apresentam associação estatisticamente significativa com a avaliação da política, caracterizada por uma percepção majoritariamente mediana de sua suficiência e por uma crítica recorrente aos valores das bolsas. Contudo, a análise descritiva e interseccional revela que, na confluência entre gênero e parentalidade, a gestão do cuidado de filhos pequenos (0-5 anos) recai desproporcionalmente sobre as mulheres, expondo a limitação da política em responder a essa demanda. Conclui-se que a política produz efeitos heterogêneos, se, por um lado, não se identifica um viés discriminatório nos marcadores isolados de gênero e raça/cor, por outro, evidencia-se a inobservância das assimetrias vivenciadas pelas mães universitárias, situação que compromete a promoção de uma permanência equitativa.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil; Interseccionalidade; Acesso e Permanência; Educação Superior Pública; Equidade de gênero.

ABSTRACT

This study aims to analyze how social markers of difference – gender, race/color, and parental status – are articulated with the perception of sufficiency and critical evaluation of the Student Assistance Policy among students at the Federal University of Acre. Using a mixed-methods approach (quantitative and qualitative), the research analyzed primary data from a survey applied to a stratified sample of 265 students benefiting from the policy. The analysis employed descriptive statistics, the Chi-square test of independence (χ^2) for gender and race/color markers, and thematic analysis for open-ended responses. The results indicate that the isolated markers of gender and race/color do not show a statistically significant association with the evaluation of the policy, characterized by a predominantly median perception of its sufficiency and by recurrent criticism of the scholarship amounts. However, descriptive and intersectional analysis reveals that, at the intersection of gender and parenthood, the management of childcare for young children (0-5 years) falls disproportionately on women, exposing the policy's limitations in meeting this demand. It is concluded that the policy produces heterogeneous effects; while no discriminatory bias is identified in the isolated markers of gender and race/color, it reveals a disregard for the asymmetries experienced by university mothers, a situation that compromises the promotion of equitable retention.

Keywords: Student Assistance Policy; Intersectionality; Access and Permanence; Public Higher Education; Gender equity.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar cómo los marcadores sociales de diferencia – género, raza/color y condición parental – se articulan con la percepción de suficiencia y la evaluación crítica de la Política de Asistencia Estudiantil entre los estudiantes de la Universidad Federal de Acre. Mediante un enfoque de métodos mixtos (cuantitativos y cualitativos), la investigación analizó datos primarios de una encuesta aplicada a una muestra estratificada de 265 estudiantes beneficiarios de la política. El análisis empleó estadística descriptiva, la prueba de independencia Chi-cuadrado (χ^2) para los marcadores de género y raza/color, y análisis temático para las respuestas abiertas. Los resultados indican que los marcadores de género y raza/color, por separado, no muestran una asociación estadísticamente significativa con la evaluación de la política, caracterizada por una percepción predominantemente mediana de su suficiencia y por críticas recurrentes a los montos de las becas. Sin embargo, el análisis descriptivo e interseccional revela que, en la intersección de género y condición de padre/madre, la gestión del cuidado infantil para niños pequeños (0-5 años) recae desproporcionadamente sobre las mujeres, lo que expone las limitaciones de la política para satisfacer esta demanda. Se concluye que la política produce efectos heterogéneos; si bien no se identifica ningún sesgo discriminatorio en los marcadores aislados de género y raza/color, revela una falta de consideración por las asimetrías que experimentan las madres universitarias, una situación que compromete la promoción de una retención equitativa.

Palabras clave: Política de Asistencia Estudiantil; Interseccionalidad; Acceso y Permanencia; Educación Superior Pública; Equidad de género.

INTRODUÇÃO

A consolidação da educação como um direito social e um bem público fundamental é um imperativo democrático, conforme estabelecido no art. 6º e 205 da Constituição Federal de 1988, cuja materialização transcende ao mero acesso às instituições educacionais. Para que esse direito não se restrinja a uma formalidade, em se tratando da Educação Superior, é imprescindível a criação de condições concretas de acesso, permanência e conclusão com qualidade na trajetória acadêmica.

Nesse contexto, as Políticas de Assistência Estudantil (PAE), a exemplo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – criado pela Portaria Normativa nº 39/2007 e,

posteriormente, remodelado pelo Decreto Lei nº 7.234/2010 –, atualmente estabelecido pela Lei nº 14.914/2024 como Política Nacional de Assistência Estudantil, emergem como mecanismos estruturantes responsáveis por iniciativas voltadas à mitigação das desigualdades socioeconômicas que, historicamente, limitaram o acesso de amplos segmentos sociais à universidade pública. Ao contrário de uma visão assistencialista ou mercadológica, que reduz a educação a um mero serviço ou a um capital individual, a assistência estudantil, quando alinhada aos princípios fundamentais da educação, previstos no inciso I do art. 3º da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), opera como um instrumento de justiça social, reconhecendo que a democratização do ensino superior demanda a provisão de suporte material e simbólico.

As avaliações sobre o impacto e a eficácia das PAE, nos últimos anos no Brasil, conforme indicam as análises de Ronkoski *et al.* (2025); Lima *et al.* (2025); Leonardi *et al.* (2024); Serra *et al.* (2024); Castilho *et al.* (2023); Silva *et al.* (2023); Santos e Freire (2022); Brito *et al.* (2022); Braga e Santos (2021); Céspedes *et al.* (2021); Souza e Costa (2020); Macedo e Soares (2020); Araújo *et al.* (2019); Eloi *et al.* (2019), grosso modo, têm se concentrado, em grande medida, em análises de caráter agregado, isto é, oferecem um panorama geral sobre seu alcance e suas limitações estruturais, permitindo compreender tendências macro.

Em linhas gerais, esse foco predominante na análise agregada pode concorrer a fim de lateralizar para segundo plano a investigação sobre a experiência diferenciada que diversos grupos de estudantes têm a partir do acesso à mesma política. No sentido de buscar ampliar o foco dessas abordagens, o presente artigo se ancora na interseccionalidade.

Concebida como um modo de analisar a complexidade das experiências humanas que raramente são moldadas por um único fator (Collins; Bilge, 2016), a interseccionalidade oferece uma lente para examinar como sistemas de poder interligados – como os de gênero, raça e outras categorias correlatas como marcadores identitários – atuam de forma conjunta na produção de desigualdades. Preliminarmente é importante demarcar que essa abordagem não invalida as análises de tendências macro, mas as complementa ao desagregar o público-alvo em seus componentes sociais, permitindo identificar quais grupos estão sendo mais bem assistidos, os que enfrentam barreiras adicionais e como a política pode se tornar mais sensível no enfrentamento às desigualdades que os estudantes carregam em suas histórias dentro da universidade.

Nesse sentido, o presente artigo avança na compreensão das nuances da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Acre (PAE/UFAC), com o objetivo de analisar como marcadores sociais de diferença – gênero, raça/cor e condição parental – se associam à percepção de suficiência e avaliação crítica entre estudantes beneficiários. Assim, a investigação é guiada pela seguinte pergunta: como as interseções entre gênero, raça/cor e condição parental conformam as percepções de suficiência e as avaliações críticas sobre a PAE/UFAC entre estudantes beneficiários?

Metodologicamente trata-se de um estudo de caso de abordagem quali-quantitativa, ancorada em um *survey* aplicado a uma amostra estratificada de 265 estudantes beneficiários da PAE/UFAC. A dimensão quantitativa, de natureza descritiva e analítica, emprega a estatística inferencial – mediante o teste Qui-quadrado de independência (χ^2) – para examinar associações entre variáveis sociodemográficas e percepções da política. Por sua vez, a dimensão qualitativa fundamenta-se na análise temática interpretativa do conteúdo das respostas abertas, articulando os achados sob uma perspectiva interseccional entre raça, gênero, classe e parentalidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo atendeu os preceitos éticos que regem a pesquisa com seres humanos. Para tanto, obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará (Parecer nº 6.261.393, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 69850123.8.0000.0018), em observância às Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS nº 466/2012 e nº 510/2016). A participação dos sujeitos da pesquisa foi estritamente voluntária, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade dos dados, e foi formalizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi realizada no Campus Sede da Universidade Federal do Acre, em Rio Branco/AC. A população-alvo (N=4.986) foi composta por todos os estudantes de graduação da instituição que foram ou ainda eram beneficiários de ações da PAE/UFAC entre os anos de 2018 e 2022. O cálculo amostral inicial¹, considerando um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, estabeleceu uma meta de n=257 participantes. Entretanto, após estratificação do valor da amostra inicial por curso – com o objetivo de garantir a

¹ Formula utilizado para o cálculo: $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p) / Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot N - 1$.

representatividade das 41 graduações ofertadas no campus, atribuindo-se um percentual de 0,052% a cada estrato –, obteve-se uma amostra final de n=261 participantes.

A estratégia de coleta priorizou a inclusão de todos os voluntários interessados, resultando em uma coleta final/amostra final de n=265 estudantes que preencheram integralmente o instrumento de pesquisa.

Para a coleta de dados foi utilizado um *survey* estruturado, hospedado na plataforma *SurveyMonkey*®, configurado para aceitar apenas uma resposta por Endereço de Protocolo da Internet. O instrumento foi organizado em cinco seções: (1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); (2) Perfil básico sociodemográfico (12 questões fechadas); (3) Vinculação estudantil (7 questões fechadas); (4) Fator Integração Acadêmica (6 questões fechadas); e (5) Fator Compromisso de Permanência (8 questões fechadas; e 1 questão aberta) para qualificar as respostas.

A coleta ocorreu entre setembro de 2023 e março de 2024, por meio de uma abordagem mista, contato presencial em espaços universitários (salas, corredores, Restaurante Universitário etc.) e divulgação digital via grupos de mensagens e redes sociais, com apoio dos próprios estudantes.

Para efeitos deste estudo utilizou-se o cruzamento de perguntas (P) das seções 2 e 5, sendo elas: **P3** – Sexo biológico; **P4** – Qual sua cor ou raça?; **P9** – Você tem filhos de 0 e 5 anos? **P10** – Em seu período de aula, onde ou com quem ficam seus filhos? **P11** – De onde vem sua principal fonte de renda? **P35** – Os serviços, bolsas ou auxílios vinculados as ações de Assistência Estudantil têm sido suficientes para você permanecer na Ufac? [para aferir a suficiência das ações de AE em relação a permanência]; **P38** Quanto aos serviços, bolsas ou auxílios das ações de Assistência Estudantil, no seu ponto de vista o que poderia ser melhorado? [para aferir ponto de vista quanto possíveis melhorias das ações de AE]; **P39** – Esse espaço é reservado para você expressar a sua opinião sobre as ações de Assistência Estudantil realizada pela Ufac, fique à vontade para escrever o que pensa.

A análise seguiu duas frentes, correspondentes à abordagem quali-quantitativa. A dimensão quantitativa, confere as respostas fechadas foram tabuladas e analisadas com auxílio das ferramentas da plataforma *SurveyMonkey*® e do software *Microsoft Excel*®. Realizou-se estatística descritiva (frequências e percentuais) e inferencial.

Para testar associações entre as variáveis sociodemográficas independentes (gênero, raça/cor autodeclarada) e as variáveis dependentes de percepção da política (suficiência e

avaliação crítica da PAE/UFAC), aplicou-se o teste estatístico Qui-quadrado² de independência (χ^2), desenvolvido por Karl Pearson, em 1899, como técnica adequada para variáveis qualitativas com duas ou mais categorias. Trata-se de um teste que não requer a estimação de parâmetros populacionais para sua aplicação na maioria dos casos (Callegari-Jacques, 2003), razão pela qual é comumente classificado, na literatura estatística, como não paramétrico.

A teste mede o grau de discrepância entre as frequências observadas (O) e as frequências esperadas (E) sob determinada hipótese (Callegari-Jacques, 2003). No caso específico deste estudo empregou-se o teste Qui-quadrado (χ^2) de independência, cuja hipótese nula postula que não existe associação entre as variáveis em análise; valores pequenos de (χ^2) não permitem rejeitar hipótese nula e as diferenças entre (O) e (E) são interpretadas como casuais, ao passo que valores significativamente grandes indicam associação ou não-independência entre as variáveis. Cabe sublinhar que, por sua natureza, o teste não estabelece relação de causalidade entre as variáveis. O nível de significância adotado no teste foi de $p < 0,05$.

Aplica-se o teste Qui-quadrado (χ^2) de independência, portanto, como subsídio analítico inicial para examinar se marcadores sociais isolados (gênero e raça/cor) produzem diferenciações estatisticamente significativas na avaliação da política de assistência estudantil. Cabe ressaltar, que a variável de condição parental foi analisada por meio de estatística descritiva e articulação qualitativo-interpretativa (Tabelas 7 e 8), devido às especificidades amostrais. Essa escolha metodológica preserva o rigor estatístico ao evitar testes inferenciais em matrizes com frequências esperadas reduzidas, ao mesmo tempo em que permite utilizar os resultados numéricos prévios como ponto de partida para desvelar a mútua implicação entre gênero e parentalidade na experiência com a política.

A perspectiva analítica que orientou o cruzamento e a interpretação dos dados foi a da interseccionalidade, conforme definido por Collins e Bilge (2016). A operacionalização dessa lente deu-se nas seguintes etapas: na construção das variáveis, com os marcadores sociais relevantes – gênero, raça/cor, condição parental; no planejamento da análise, na realização de

² Fórmula: $\sum [(O - E)^2 / E]$. Em que O representa as frequências observadas e E as frequências esperadas sob a hipótese de independência. Os graus de liberdade (gl) são determinados por $gl = (L - 1)(C - 1)$, em que L e C correspondem ao número de linhas e colunas da tabela de contingência, respectivamente. Na notação relatada neste estudo – χ^2 (gl, N = tamanho da amostra) = valor do teste, p = p-valor –, o primeiro valor entre parênteses indica os graus de liberdade e N o número de participantes considerados na análise.

cruzamentos entre esses marcadores, buscando capturar suas interseções; e, por fim, na interpretação dos dados, a partir das quais se buscou compreender os padrões encontrados não como meras associações estatísticas, mas como expressões de relações de poder complexas e interdependentes. Portanto, a interseccionalidade³ não é aqui um mero conceito, mas o princípio organizador que estrutura desde as perguntas de pesquisa selecionadas para análise até a discussão dos resultados.

Quanto à dimensão qualitativa complementar, foram utilizadas as respostas abertas dos participantes como ilustrações qualitativas. Após uma leitura exaustiva, trechos representativos foram selecionados para ilustrar, contextualizar e aprofundar os achados quantitativos, dando voz às experiências dos estudantes.

Delimita-se que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por vezes designado genericamente no texto como Política de Assistência Estudantil (PAE) no âmbito das diretrizes gerais, é tomado como o marco normativo e a política pública federal de democratização das condições de permanência na educação superior. Em contrapartida, a sigla PAE/UFAC é empregada para delimitar de forma estrita a materialização, a regulamentação e a execução institucional dessas diretrizes no plano local. As *bolsas* e *auxílios* são compreendidos como repasses pecuniários diretos (a exemplo dos auxílios permanência, creche e transporte), e os *serviços*, que englobam o suporte estrutural não monetário prestado pela instituição, como o fornecimento de refeições no Restaurante Universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em eixos analíticos que cruzam marcadores sociais – gênero, raça/cor e condição parental – com variáveis de percepção da política. Ressalta-se que, para garantir a consistência das análises estatísticas, dois participantes que não declararam gênero e raça/cor foram excluídos dos respectivos cruzamentos.

³ É preciso explicitar que a análise aqui desenvolvida não pretende parcelar os marcadores sociais. A separação analítica de gênero, raça/cor e condição parental na etapa quantitativa constitui recurso operacional, e não adesão a uma concepção fragmentária da interseccionalidade. O objetivo é, ao contrário, evidenciar as imbricações analíticas entre esses marcadores ao longo de todo o texto, tanto na dimensão quantitativa quanto na qualitativa.

Gênero e a experiência com a PAE/UFAC

O primeiro eixo investigou se as percepções sobre a suficiência, crítica aos valores à PAE/UFAC e a principal fonte de renda são homogêneas entre homens e mulheres. Os dados, porém, apontam para mais similaridades do que diferenças significativas na avaliação geral da política. A Tabela 1 mostra a distribuição das respostas sobre a suficiência da PAE/UFAC para a permanência. A avaliação “Parcialmente” foi a mais frequente para ambos os gêneros, com 48% das mulheres e 51% dos homens, seguida por “Sim”, com 29% e 31%, respectivamente.

Tabela 1 – Percepção da suficiência da PAE/UFAC para a permanência, por gênero

Opções de resposta	Feminino	Masculino	Total
Sim	49 (29%)	29 (31%)	78 (30%)
Não	22 (13%)	10 (11%)	32 (12%)
Parcial	81 (48%)	48 (51%)	129 (49%)
Não sei avaliar	17 (10%)	7 (7%)	24 (9%)
Total	169 (100%)	94 (100%)	263 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A aplicação do teste Qui-quadrado de independência (χ^2) não revelou uma associação estatisticamente significativa entre gênero e a percepção de suficiência (χ^2 (3, N=263) = 0,92, $p = 0,82$). Portanto, as diferenças percentuais observadas – como a insatisfação explícita (“Não”) ser ligeiramente maior entre mulheres (13%) do que entre homens (11%) – não são estatisticamente relevantes, indicando que homens e mulheres avaliam a suficiência da PAE de maneira similar.

Quando se observa a crítica aos valores financeiros da política, uma convergência marcante surge. Conforme a Tabela 2, aproximadamente 70% dos estudantes de ambos os gêneros apontaram a necessidade de aumento dos valores financeiros das bolsas e auxílios. Mais uma vez, o teste Qui-quadrado (χ^2 (1, N=263) = 0,04, $p = 0,84$) não revelou diferença significativa, indicando que essa é uma demanda universal e premente, independente do gênero.

Tabela 2 – Crítica aos valores financeiros da PAE/UFAC

Opções de resposta	Feminino	Masculino	Total
Sim	117 (69%)	66 (70%)	183 (70%)
Não	52 (31%)	28 (30%)	80 (30%)
Total	169 (100%)	94 (100%)	263 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores(a).

A análise da principal fonte de renda (Tabela 3) revela um perfil socioeconômico distinto entre os gêneros, sugerindo nuances em suas condições materiais. Embora o teste Qui-quadrado não tenha atingido o limiar de significância estatística convencional (χ^2 (5, N=263) = 9,19, p = 0,10), os dados descritivos apontam para tendências consistentes, as estudantes mulheres apresentaram maior dependência da “Família”, sendo 40% contra 31% dos homens, e das “Bolsas/Auxílios da Assistência Estudantil”, com 33% contra 28%. Em contrapartida, os homens mostraram percentuais mais elevados de “Emprego com carteira assinada”, sendo 13% contra 6%, e de “Trabalho autônomo”, com 4% contra 1%.

Tabela 3 – Principal fonte de renda, por gênero

Fonte de renda	Fem.	Mas.	Total
Família	67 (40%)	29 (31%)	96 (36%)
Trabalho informal ou temporário / estágio	18 (10%)	15 (16%)	33 (13%)
Trabalho autônomo	2 (1%)	4 (4%)	6 (3%)
Emprego com carteira assinada	10 (6%)	12 (13%)	22 (8%)
Bolsa e auxílios financeiros da Assistência Estudantil	56 (33%)	26 (28%)	82 (31%)
Outro	16 (9%)	8 (8%)	24 (9%)
Total	169 (100%)	94 (100%)	263 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse padrão sugere uma maior inserção formal e autônoma no mercado de trabalho entre os estudantes homens, ao passo que as mulheres parecem depender mais do suporte familiar e institucional. Tais diferenças, ainda que não definitivas estatisticamente, podem modular de maneira distinta a relação de dependência e as necessidades específicas de cada grupo em relação à PAE/UFAC.

Nessa direção, os resultados indicam que o gênero, isoladamente, não é um marcador de diferença significativa na percepção global da suficiência da PAE/UFAC nem na crítica

majoritária aos valores. Essa é uma descoberta relevante, pois sugere que a política é percebida como igual por ambos os grupos. No entanto, as diferenças no perfil de inserção no mercado de trabalho alertam para o fato de que as necessidades materiais subjacentes possam ter naturezas distintas. A maior dependência de trabalho formal entre os homens pode indicar uma conciliação diferente entre estudo e trabalho, enquanto a ligeiramente maior dependência da família e da AE entre as mulheres pode refletir ou gerar outras formas de vulnerabilidade.

Raça/cor e a experiência com a PAE/UFAC

O segundo eixo verificou se as percepções sobre a suficiência, crítica aos valores à PAE/UFAC e a principal fonte de renda variavam conforme a raça/cor autodeclarada dos estudantes. Para garantir robustez aos testes estatísticos, as categorias “Parda” e “Preta” foram agrupadas na categoria “Negra” (n=200), comparada à categoria “Branca” (n=58). As demais categorias (“Amarela”, n=3; “Indígena”, n=2) foram excluídas dos testes inferenciais devido ao tamanho amostral reduzido. De modo similar ao observado no eixo de gênero, os resultados indicam uma notável convergência entre os grupos raciais.

Conforme a Tabela 4, não foi identificada uma associação estatisticamente significativa entre raça/cor e a percepção de suficiência da PAE (χ^2 (3, N=258) = 2,83, p = 0,418). A avaliação “Parcialmente” foi a mais frequente em ambos os grupos, alcançando 40% entre brancos e 52% entre negros. A insatisfação explícita (“Não”) também foi similar (16% e 12%, respectivamente).

Tabela 4 – Percepção da suficiência da PAE/UFAC para a permanência, por raça/cor

Opções de resposta	Branca	Negro	Total
Sim	19 (33%)	56 (28%)	75 (29%)
Não	9 (16%)	23 (12%)	32 (12%)
Parcialmente	23 (40%)	103 (52%)	126 (49%)
Não sei avaliar	7 (12%)	18 (9%)	25 (10%)
Total	58 (100%)	200 (100%)	258 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa convergência se repete quando se analisa a principal crítica à política. A Tabela 5 mostra que a demanda por aumento dos valores financeiros foi apontada por aproximadamente 70% dos estudantes em ambos os grupos: 67% dos brancos e 71% dos

negros. Novamente, o teste Qui-quadrado não revelou diferença significativa (χ^2 (1, N=258) = 0,25, $p = 0,617$).

Tabela 5 – Crítica aos valores financeiros da PAE/UFAC, por raça/cor

Opções e resposta	Branca	Negro	Total
Sim	39 (67%)	141 (71%)	180 (70%)
Não	19 (33%)	59 (30%)	78 (30%)
Total	58 (100%)	200 (100%)	258 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise da principal fonte de renda (Tabela 6) corrobora a homogeneidade observada nos eixos anteriores. O teste Qui-quadrado não identificou uma associação estatisticamente significativa entre raça/cor e a distribuição das fontes de renda (χ^2 (5, N=258) = 3.74, $p = 0.586$).

Tabela 6 – Principal fonte de renda, por raça/cor

Fonte de renda	Branca	Negro	Total
Família	22 (38%)	74 (37%)	96 (37%)
Bolsa e auxílios financeiros da Assistência Estudantil	16 (28%)	64 (32%)	80 (31%)
Trabalho informal ou temporário / estágio	11 (19%)	22 (11%)	33 (13%)
Emprego com carteira assinada	5 (9%)	17 (9%)	22 (8%)
Trabalho autônomo	1 (2%)	4 (2%)	5 (2%)
Outro	3 (5%)	19 (10%)	22 (8%)
Total	58 (100%)	200 (100%)	258 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que para ambos os grupos, a “Família”, 38% dos brancos e 37% dos negros, e as “Bolsas/Auxílios de Assistência Estudantil”, 28% e 32%, respectivamente, configuram-se como as principais fontes de sustento, com percentuais muito próximos. As demais categorias também apresentam distribuições similares. Esse dado, somado aos resultados das Tabelas 4 e 5, consolida um cenário em que a experiência material e a avaliação subjetiva da PAE mostram-se homogêneas, quando analisadas a partir do marcador racial isolado.

A ausência de diferenças significativas nos eixos de percepção e crítica é, em si, um achado importante. Ela sugere que, no contexto investigado, a PAE/UFAC opera sem

produzir um viés racial evidente em sua avaliação subjetiva. Isso pode indicar que os critérios de acesso e a experiência com os benefícios são percebidos como equânimes entre brancos e negros. Contudo, é fundamental ressaltar que a homogeneidade na insatisfação – expressa na crítica majoritária aos valores – revela que a política não atende de forma plena a nenhum dos grupos, apontando para uma limitação estrutural que transcende as divisões raciais.

Vale ressaltar que esse achado de homogeneidade nas percepções, no entanto, não significa a ausência de desigualdade plena. Pela lente interseccional (Crenshaw, 1991), ele pode indicar que a política, em seu desenho universal, não consegue discernir necessidades específicas, tratando a insuficiência de forma igual para todos, o que pode mascarar a variedade de obstáculos enfrentados.

Parentalidade, gênero e os desafios interseccionais

Já se demonstrou nos eixos anteriores que o teste Qui-quadrado de independência (χ^2) revelou que os marcadores isolados de gênero e raça/cor não apresentaram associação estatisticamente significativa com a percepção global da PAE/UFAC ($p > 0,05$). Longe de indicar neutralidade da política, esse resultado atua como subsídio interpretativo fundamental para a análise interseccional: a ausência de discrepâncias nos atributos isolados evidencia a necessidade de examinar como esses marcadores se implicam mutuamente.

É na confluência entre gênero e condição parental – em especial na realidade das mães universitárias – que a experiência com a assistência estudantil se reconfigura. Para a análise desse eixo, conforme sinalizado nos procedimentos metodológicos, a variável referente à parentalidade é abordada por meio da estatística descritiva e da articulação qualitativo-interpretativa (Tabelas 7 e 8). Essa abordagem decorre da limitação do instrumento original de coleta, no cruzamento de dados referente à suficiência da PAE/UFAC, as respostas de homens e mulheres foram agrupadas na categoria agregada “Pais/Mães”, impossibilitando a desagregação estatística direta dessa variável específica por sexo/gênero.

A despeito dessa limitação, os dados descritivos oferecem um panorama inicial valioso sobre as condições materiais desse grupo. Entre os 38 estudantes que declararam ter filhos(as) de 0 a 5 anos, a percepção de insuficiência da PAE/UFAC (“Não”) foi majoritária, relatada por 63% (24) dos respondentes. Em contrapartida, apenas 24% (9) consideraram os auxílios e bolsas suficientes (Tabela 7).

Tabela 7 – Percepção da suficiência da PAE/UFAC entre estudantes pais/mães de filhos de 0 a 5 anos

Suficiência	Pais/Mães
Sim	9 (24%)
Não	24 (63%)
Parcialmente	5 (13%)
Não sei avaliar	0 (0%)
Total	38 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse percentual de insatisfação é bem superior à média geral da amostra, conforme demonstrado na Tabela 1, 12%, sugerindo que a parentalidade pode estar associada a um descompasso mais acentuado entre as necessidades materiais ampliadas e o suporte oferecido pela política. Contudo, a ausência da desagregação por gênero impediu conclusões mais finas sobre como essa experiência é vivida diferentemente por mães e pais.

A dimensão interseccional deste eixo revela-se ao cruzar gênero com as estratégias de conciliação entre estudo e cuidado infantil. A Tabela 8 é elucidativa entre os estudantes com filhos, a considerar que as mulheres são a esmagadora maioria no uso de instituições públicas de ensino infantil, com 92% dos casos, e na prática de “trazer o filho para a universidade”, com 80% dos casos. Em contraste, os homens dependem, predominantemente, do apoio de familiares: 60% dos casos.

Tabela 8 – Local onde ficam os filhos no período de aula, por gênero do estudante (entre pais/mães)

Onde ficam os filhos	Fem.	Mas.	Total
Instituição educacional pública	12 (92%)	1 (8%)	13 (100%)
Instituição educacional privada	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)
Familiares	6 (40%)	9 (60%)	15 (100%)
Babá / empregada doméstica	2 (100%)	0 (0%)	2 (100%)
Traz para a universidade	4 (80%)	1 (20%)	5 (100%)
Sozinho	2 (100%)	0 (0%)	2 (100%)
Total	26 (100%)	12 (100%)	38 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse padrão expõe uma divisão sexual do cuidado ainda muito presente. Às mães estudantes cabe a responsabilidade direta e logística pelo cuidado durante o período acadêmico, muitas vezes internalizando os custos e esforços dessa conciliação, enquanto os pais conseguem delegar mais essa tarefa à rede familiar.

Os dados desse eixo oferecem a evidência mais clara de que as desigualdades sociais se refletem e são potencializadas no ambiente universitário. A alta insatisfação com a PAE/UFAC entre pais/mães aponta para a necessidade de ações específicas, como ampliação e desburocratização do auxílio-creche. Mais do que isso, a análise interseccional demonstra que o desafio da parentalidade não é neutro, ele recai de forma desproporcional sobre as mulheres, que assumem a gestão prática do cuidado.

A PAE/UFAC, ao não considerar suficientemente essa interseção, pode falhar em atender a necessidade mais premente desse grupo. A própria limitação dos dados – a agregação de gênero na variável parental – ilustra o risco de políticas cegas a marcadores interseccionais, ao tratar “pais/mães” como um grupo homogêneo, perde-se a capacidade de identificar e remediar desigualdades de gênero, profundamente enraizadas no cuidado.

Nesse eixo, a lente interseccional realçou sua potência ao desagregar a categoria “pais/mães”, tornou visível uma desigualdade de gênero estruturante que permaneceria oculta em uma análise agregada (Collins; Bilge, 2016). O cruzamento com o gênero expôs a coprodução de desigualdades, em que a condição parental é vivida de maneira radicalmente distinta por homens e mulheres, evidenciando a sobrecarga das mulheres com o trabalho de cuidado.

Aprofundando a análise a partir das vozes dos estudantes

As respostas abertas dos estudantes corroboram e enriquecem significativamente os achados quantitativos, trazendo à tona as nuances emocionais e as críticas concretas por trás dos percentuais. A demanda majoritária por aumento dos valores das bolsas, identificada estatisticamente, ecoa de forma veemente nos depoimentos. Uma estudante assim sintetiza (Figura 1):

Figura 1 – Eco feminino sobre os valores

☒ Penso que se os valores das bolsas fossem ampliadas, faria uma grande diferença

30/03/2024 13:25

[Ver resposta completa](#) [Adicionar tags▼](#)

Fonte: Dados da pesquisa.

Enquanto outro, embora reconheça a PAE/UFAC como vital para evitar a sua evasão, considera-a insuficiente para a liberação da necessidade de trabalhar, vendo-se condicionado à dupla jornada que compromete sua dedicação integral à vida acadêmica (Figura 2):

Figura 2 – Eco masculino sobre os valores

☒ As bolsas e auxílios são fundamentais para minha permanência na Ufac, mas, se os valores fossem ampliados, eu me dedicaria somente aos estudos.

30/03/2024 09:44

[Ver resposta completa](#) [Adicionar tags▼](#)

Fonte: Dados da pesquisa.

As dificuldades relacionadas à parentalidade, especialmente para as mulheres, quantificadas na Tabela 8, são dramaticamente ilustradas por uma estudante mãe solo na Figura 3, disposta a seguir:

Figura 3 – Eco feminino sobre a parentalidade

☒ As bolsas e auxílio oferecidos, apesar de serem poucos para a quantidade de alunos que a ufac comporta, é essencial e fundamental para a permanência no curso de ensino superior, há ainda uma enorme evasão (curso de francês) devido ao horário, que impede ao discente de trabalhar para se manter o obrigando a escolher entre estudar e se manter, por que nem todos ganham o benefício de bolsas/auxílio, o processo burocrático também é bem meticuloso, de toda forma seria bom se mais pessoas fossem beneficiadas uma vez que exige do aluno manter frequência e bom desenvolvimento durante o curso, trazendo assim retorno para universidade que só tem a ganhar com discentes que podem se dedicar aos estudos de forma qualitativa. Vale ainda ressaltar a necessidade de uma creche universitária a ufac tem estrutura para tal, os banheiros não tem trocador, muitas alunas são mãe solo, eu por exemplo além de mãe solo sou órfã de mãe, ou seja sou eu e eu mesma, não existe rede de apoio. Além de ter que lidar com colegas e professores que não gostam de crianças e ocasionam situações constrangedoras. Com a bolsa eu consigo alimentação, transporte e material didático, quando não tem faz muita falta, cada aluno tem suas particularidades e dificuldades as bolsas ajudam muito a tentar equilibrar as condições de permanência no curso. Acredito que sempre tem espaço pra melhorar sem perder o que já se conquistou.

24/03/2024 23:33

[Ver resposta completa](#) [Adicionar tags▼](#)

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale lembrar o que apontam Andrade e Silva (2025), sobre as violências e os estigmas de gênero, que historicamente recaem sobre as mulheres – em particular as negras. Esse depoimento explicita a dimensão simbólica da exclusão que vai além da falta de suporte material. Diante disso, na(s) voz(es) dessa(es) estudante(s) ecoam a premissa fundamental, defendida por Dias Sobrinho (2010), de que, em uma sociedade marcada por desigualdades, a educação superior pública deve operar como um bem público, comprometida com a qualidade científica e a justiça social, e não como uma mercadoria acessível apenas a quem pode pagar.

Nesse contexto, a PAE/UFAC configura-se como o mecanismo imprescindível para transformar o acesso formal em permanência qualificada. Os depoimentos dos estudantes (Figura 4) revelam essa função na prática e atestam seu caráter estruturante e vital.

Figura 4 – Ecos sobre a relevância da PAE/UFAC



Considero muito importante o auxílio da assistência estudantil realizado para Ufac. Não só para mim, mas, para diversos colegas que são depende dela.

31/03/2024 12:31

[Ver resposta completa](#) [Adicionar tags ▼](#)



Não somente as bolsas de permanência estudantil mas como as bolsas de extensão e pesquisa são um grande tesouro na universidade federal, apesar de alguns problemas enfrentados como a enorme burocracia e a quantidade pequena de meses recebendo, essas bolsas significam principalmente para estudantes do meu curso, de teatro, uma oportunidade de vida mais digna, onde podemos estudar com mais tranquilidade e até ajudar nas despesas de casa ou até a situação que perguntei para uma amiga do meu curso o que uma bolsa estudantil significava para ela, e a resposta foi "uma bolsa pra mim significa não ter que me prostituir".

17/03/2024 22:01

[Ver resposta completa](#) [Adicionar tags ▼](#)



É de extrema importância pois garantem a permanência daqueles que não tem condições de se manter na Universidade, através da Assistência Estudantil muitos alunos conseguiram se formar e mudar de vida.

14/03/2024 22:45

[Ver resposta completa](#) [Adicionar tags ▼](#)



Ingressei na ufac em 2017, por alguns motivos incluindo financeiros não pude permanecer de forma assídua, mas ao retorna em 2022, tive acesso a bolsa e auxílios e assim pude dar continuidade aos meus estudos. Então, as bolsas e auxílios são de extrema importância para permanência e manutenção acadêmica.

06/03/2024 20:08

[Ver resposta completa](#) [Adicionar tags ▼](#)

Fonte: Dados da pesquisa.

Tais vozes explicitam uma fissura do abismo que a política auxilia a transpor, evidenciando que, para uma parcela significativa dos estudantes, a PAE não é um auxílio, mas a condição material que torna possível existir e resistir no espaço acadêmico.

A análise das vozes confirma a potência da interseccionalidade para decifrar a textura das desigualdades que os números, por si só, não capturam. A denúncia majoritária aos valores das bolsas, vinda de homens, mulheres, brancos e negros, revela a face universalizante da precariedade material na universidade pública. Contudo, é na dor específica da estudante mãe solo, que expõe a falta de infraestrutura e o preconceito, e na fala da estudante para quem a bolsa evita a prostituição, que se vê a face interseccional da vulnerabilidade: em que gênero, classe e, no primeiro caso, parentalidade, fundem-se para criar uma barreira singular à permanência digna.

Esses depoimentos corporificam a advertência de Crenshaw (1991) sobre a inadequação de respostas políticas únicas para experiências compostas por múltiplas discriminações. Esses depoimentos, para além de ilustrar os dados, exigem um salto interpretativo, a saber: a insuficiência da PAE não é um déficit técnico, mas um sintoma de sua insensibilidade para com as interseccionalidades que estruturam a vida dos estudantes.

CONCLUSÕES

Este artigo analisou, como marcadores sociais – gênero, raça/cor e parentalidade – se associam à percepção de suficiência e avaliação crítica da Política de Assistência Estudantil (PAE) entre estudantes beneficiários da Universidade Federal do Acre (UFAC). Ao empregar uma estratégia metodológica mista – combinando análise estatística inferencial com a utilização de respostas abertas como ilustrações qualitativas –, o estudo oferece um diagnóstico refinado sobre a experiência diferenciada com a PAE.

Nos eixos gênero e raça/cor, identificou-se uma notável homogeneidade nas avaliações quantitativas. Homens e mulheres, assim como estudantes brancos e negros, avaliam a suficiência da PAE/UFAC de forma estatisticamente similar e compartilham, de forma majoritária, a crítica central aos valores financeiros das bolsas. Este achado é crucial, pois ele sugere que, no contexto investigado, a política não opera com um viés discriminatório evidente em sua avaliação subjetiva perante esses marcadores isolados. No entanto, a

homogeneidade reside, em grande parte, na insatisfação compartilhada com os limites materiais da política.

A análise interseccional propriamente dita ganhou corpo no eixo da parentalidade, em que o cruzamento com o gênero expôs desigualdades profundas. A condição de ser pai ou mãe, especialmente de crianças pequenas, está associada a uma percepção de insuficiência muito mais acentuada. E, mais importante, a gestão do cuidado recai de maneira desproporcional sobre as mulheres, que são as principais a utilizar instituições públicas de ensino infantil ou a levar os filhos à universidade.

Ao demonstrar que a parentalidade, quando vivida por mulheres, converte-se em barreira adicional à permanência, o estudo evidenciou que a diferença entre ser pai e ser mãe na universidade não é uma diferença de atributo, mas uma diferença de condições sociais, produzidas pela divisão sexual do cuidado e pela ausência de respostas institucionais. Essa leitura encontra ressonância em Brah (2006), para quem a diferença deve ser compreendida como relação social, e não como atributo fixo dos sujeitos. A autora adverte que “mulher” não é uma categoria unitária, mas um signo cuja especificidade se constitui “[...] dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero” (Brah, 2006, p. 341).

É precisamente essa advertência que sustenta a leitura interseccional aqui proposta: as mães universitárias não são apenas mulheres, nem apenas estudantes, nem apenas mães; são sujeitos cuja experiência se constitui na interseção dessas posições, e é essa interseção que a PAE, em seu desenho universal, não alcança plenamente.

As vozes dos estudantes, colhidas nas respostas abertas, foram essenciais para dar profundidade a esses achados. Elas transformaram a crítica estatística aos valores em um apelo, converteram a avaliação mediana da burocracia em relatos de humilhação e exclusão, e ilustraram, de forma dramática, como a PAE pode significar a diferença entre a formação acadêmica e a luta pela sobrevivência. Essas narrativas reforçam o entendimento da educação superior como um bem público, na esteira de Dias Sobrinho (2010), para o qual a assistência estudantil é um pilar de justiça social e não um mero auxílio.

Conclui-se que a adoção da perspectiva interseccional na avaliação da PAE não é um refinamento metodológico opcional, mas uma ferramenta indispensável para desvelar desigualdades e, assim, guiar a construção de uma política de permanência verdadeiramente equitativa e alinhada ao princípio da educação como direito social. Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos qualitativos profundos com os grupos

identificados como mais vulneráveis – mães universitárias –, e a replicação da análise em outras instituições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gisseila Andrea Ferreira Garcia; SILVA, Edna Alves Pereira da. Epistemicídio Acadêmico, Relações de Gênero e Interseccionalidade: desafio para um Currículo Decolonial, Inclusivo Plural. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. e025028, 2025. DOI: 10.24065/re.v15i1.2796. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2796>. Acesso em: 5 out. 2026.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CHAGAS, Denise Maria Moreira. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 3, p. 722–743, 2019. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR Acesso em: 5 out. 2026.

BRAGA, Simone Bitencourt; SANTOS, Terezinha Fatima Andrade Monteiro dos. A permanência dos estudantes no ensino superior em tempos de pandemia: uma análise a partir das ações de assistência estudantil da Universidade Federal do Pará. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1090–1106, 2021. DOI: [10.14393/REPOD-v10n3a2021-62374](https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n3a2021-62374). Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62374>. Acesso em: 5 out. 2026.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.914**, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 7. Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 dez. 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRITO, Eugênio Nunes Silva; CALBINO, Daniel; TAMEIRÃO, Cinthya Rocha. Avaliação da efetividade do programa nacional de assistência estudantil: o caso da UFVJM. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. e9611, 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.9611. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9611>. Acesso em: 5 out. 2026.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia Maria. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CASTILHO, Daniela Galera; FRANCISCO, Marcos Vinicius; SILVA, Michele Oliveira da. Uma análise do público-alvo oculto da política de assistência estudantil do IFSP Campus Birigui. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 130–143, 2023. DOI: 10.17564/2316-3828.2023v12n1p130-143. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8388>. Acesso em: 5 out. 2026.

CÉSPEDES, Juliana Garcia; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; OLIVEIRA, Suzana Cristina Pereira de; ROSA, Anderson da Silva. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 1067-1091, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTJKdFKGHvVPWNC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 20 set. 2026.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 31, p. 1223-1245, 2010.

ELOI, Sueli de Souza Santos; SILVA, Fernanda Cristina da; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; BAÊTA, Odemir Vieira. O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 12, n. 3, p. 106–129, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2019v12n3p106>. Acesso em: 20 set. 2026.

LEONARDI, Fabricio Gobetti; ROSA, Anderson da Silva; ANDREAZZA, Rosemarie. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: Disputas políticas e efeitos sócio-históricos. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 11, p. e025034, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8674402>. Acesso em: 20 set. 2026.

MACEDO, Geórgia Dantas; SOARES, Swamy de Paula Lima. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 439–457, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4028>. Acesso em: 5 out. 2026.

LIMA, Cristiane Praciano Lauriano de; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. O financiamento da assistência estudantil no ensino superior no Brasil na conjuntura da financeirização do capital (2015-2022). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 41, n. 1, 2025. DOI: 10.21573/vol41n12025.138116. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/138116>. Acesso em: 5 out. 2026.

RONKOSKI, R.; SILVA, R. M. P. da. Efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil: um Estudo de Caso em uma Universidade da Região Norte do Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 16, n. 8, p. e5202, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i8.5202. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5202>. Acesso em: 5 out. 2026.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 2, p. 260–280, 2022. Disponível em:

https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772022000200260&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 20 set. 2026.

SERRA, Fernanda Neves Tavares; NARA, Elpidio Oscar Benitez; BORTOLUZZI, Sandro César; COSTA, Sergio Eduardo Gouvea da; BENITEZ, Guilherme Brittes. Os investimentos das universidades federais brasileiras contribuem para a performance? Evidências nos destinos dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 29, n. e024033, p.01-24, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id287925> Acesso em: 20 set. 2026.

SILVA, Lucas Adriano; PENHA, Débora de Lima Braga; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Impactos do programa de bolsas de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico dos estudantes. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 32–47, 2023. DOI: 10.31061/redepp.v7n1.32-47. Disponível em:

<https://redepp.ufv.br/REDEPP/article/view/152>. Acesso em: 5 out. 2026.

SOUZA, Rafael Cipriano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio**, v. 28, n. 107, p. 362–385, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/gByfxVtB4j85FdXvVst6cWk/?lang=pt> Acesso em: 20 set. 2026.

Histórico Editorial

Submetido: 28 de maio de 2026.

Publicado: 08 de outubro de 2026.

Minicurrículo

Adão Rogério Xavier Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Para (UFPA); Professor Assistente do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC).

Contribuição de autoria: Conceitualização, análise formal, investigação, redação, metodologia e curadoria dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0972894075035313>

Mark Clark Assen de Carvalho

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com Estágio Pós-Doutoral realizado na UFPA. Professor Titular do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre (UFAC); Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC e do Doutorado em Educação da Rede Educante/UFPA.

Contribuição de autoria: Supervisão e escrita (revisão e edição).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0736995836464424>

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da (UFRPE); Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Vice-Reitora da instituição.

Contribuição de autoria: Escrita (revisão e edição).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1088572350623888>

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e ao Programa de Doutorado em Educação na Amazônia (EDUCANORTE).

COMO REFERENCIAR – ABNT

XAVIER SILVA, Adão Rogério; CARVALHO, Mark Clark Assen de; OLIVEIRA, Maria do Socorro Lima. PERCEPÇÕES DESIGUAIS? Uma análise interseccional da experiência com a Política de Assistência Estudantil. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 16, e026036, 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3043>

COMO REFERENCIAR - APA

XAVIER SILVA, A. R.; CARVALHO, M. C. A. de; OLIVEIRA, M. do S. L. (2026). PERCEPÇÕES DESIGUAIS? Uma análise interseccional da experiência com a Política de Assistência Estudantil. *Revista Exitus*, 16, e026036. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3043>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.